

# ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS À LUZ DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA DE MARK GRANOVETTER: HETERODOXIA E TEORIA DE REDES SOCIAIS<sup>1</sup>

Local productive arrangements in the light of Mark Granovetter's economic  
sociology: heterodoxy and social networks theory

Tiago Macedo Bezerra Maia<sup>2</sup>

João Morais de Sousa<sup>3</sup>

*Homem primata,  
Capitalismo selvagem!  
(Titãs)*

## Resumo

Este estudo objetiva analisar alguns dos mais relevantes aspectos teóricos sociológico-econômicos referentes aos arranjos produtivos locais (APLs). Os APLs manifestam, por sua natureza e suas especificidades, nuances peculiares das economias de aglomeração, podendo, assim, ser identificados e caracterizados a partir da teoria de redes, que evidencia como esses podem contribuir para o desenvolvimento local e regional. Através do aporte reflexivo da recente teoria de redes sociais do sociólogo econômico americano Mark Granovetter, buscar-se-á, em virtude de seu caráter heterodoxo, discorrer sobre algumas possíveis particularidades que as redes sociais podem oferecer aos APLs e, por meio desses,

---

<sup>1</sup> Este artigo, advindo de uma parceria acadêmica já de longa data, foi em sua maior parte escrito pelo autor Tiago Macedo Bezerra Maia. Sua essência foi primeiramente redigida como resultado inicial de uma pesquisa maior, em andamento na Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento Regional, que será concluída no final do ano letivo corrente de 2022, na Escola de Inovação e Políticas Públicas (EIPP), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife/PE. Mais recentemente, o artigo passou por revisão minuciosa do co-autor, João Morais de Sousa, que nessa ocasião lançou importantes sugestões para a consolidação do texto, e deram forma a esta sua atual e última versão.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia (PPGS/UFPE), e bolsista da FACEPE. Mestre em Filosofia (PPGFIL/UFPE). Especialista em Gestão Pública (UFRPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFRPE). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFPE). Bacharel em História (UFPE). Bacharel em Direito (UNICAP). Especializando em Economia e Desenvolvimento Regional (FUNDAJ/EIPP). Especializando em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (UERN/DEHIST). Licenciando em História (UFRPE). Pesquisador (PIC/FUNDAJ). Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Representações Sociais e Educação (GIERSE/CE/UFPE/CNPq), Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Contemporaneidade (GECIC/DED/UFRPE/CNPq), Núcleo de Estudos em Fenomenologia, Hermenêutica e Mística (NEFHEM/DEFIL/UERN/CNPq) e Laboratório de Estudos de Religião e Política (LABERP/FUNDAJ/UFPE/CNPq). E-mail: maia.tito.professor@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Associado (DECISO/UFRPE). Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UEPB). Doutor em Sociologia (PPGS/UFPE). Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFPB). Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Representações Sociais e Educação (GIERSE/CE/UFPE/CNPq), Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Contemporaneidade (GECIC/DED/UFRPE/CNPq) e Coordenação de Estudos Ambientais (UPE). E-mail: joaomsousa@uol.com.br

ao desenvolvimento das localidades e/ou regiões. A metodologia utilizada foi qualitativa, da técnica de revisão bibliográfica sistemática sobre as temáticas acima elencadas.

**Palavras-chave:** Sociologia econômica; Mark Granovetter; Teoria de redes sociais; Heterodoxia; APLs; Desenvolvimento local e regional.

### **Abstract**

This study aims to analyze some of the most relevant sociological-economic theoretical aspects related to local productive arrangements (LPAs). LPAs manifest, by their nature and specificities, peculiar nuances of agglomeration economies and thus can be identified and characterized from the perspective of network theory that demonstrates how they can contribute to local and regional development. Through the reflective contribution of recent theory of social networks by the American economic sociologist Mark Granovetter, we seek, due to its heterodox character, to discuss some possible particularities that social networks can offer to LPAs, and by means of these, to the development of localities and/or regions. The methodology used was qualitative, using the technique of systematic literature review on the topics mentioned above.

**Keywords:** Economic sociology; Mark Granovetter; Social network theory; Heterodoxy; LPAs; Local and regional development.

### **Introdução**

O presente texto intenciona abordar cruciais aspectos sociológico-econômicos sobre arranjos produtivos locais (APLs). Esses arranjos se caracterizam por serem aglomerados geográficos formados por atores/agentes organizacionais (empresariais e/ou industriais, majoritariamente), norteados por finalidades econômico-produtivas semelhantes, que se estabelecem em áreas circunvizinhas (local e/ou regionalmente) e de atividades comuns ou similares (COENEN et al., 2017).

Desse modo, as empresas e indústrias consolidam-se ao articularem cadeias produtivas e redes sociais (que passam a agregar, inclusive e muitas vezes, instituições do Estado parceiras), em um raio de vizinhança e de proximidade que propicia a obtenção, de modo mais viável, de um fluxo de informações, conhecimentos e inovações (FERNANDES; SCHMIDT; ZEN, 2019). Os arranjos materializam elementos dinâmicos das chamadas “economias de aglomeração” que se identificam, também, por meio de recortes econômico-espaciais específicos, vinculados a polos de desenvolvimento, buscando uma efetiva conciliação entre aspectos centrais e comuns de difusão de fatores produtivos e uma crescente ampliação do

desenvolvimento local e/ou regional (MARSHALL, 1996; PERROUX, 1967; 1977).

Percebe-se, assim, que as firmas – ou seja, as empresas e as indústrias locais (e/ou regionais) – tendem a favorecer ampliações dos processos de articulação dos e nos aglomerados produtivos e, da mesma forma, tendem a buscar a otimização dos resultados que podem ser obtidos a partir das interações entre os agentes sociais e econômicos instalados nos espaços locais e regionais em que elas se inserem. Por isso, atualmente, para além das análises econômicas de viabilidade das cadeias produtivas, estudos sociológicos minuciosos, aplicados à formação e à expansão de redes sociais, podem ser os maiores trunfos de sucesso para os APLs.

Nesse sentido, em síntese, os APLs compreendem “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – e que, por tudo isso, vinculam-se, mesmo que incipientemente” (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p. 3). Em virtude da maximização do potencial de seus “negócios comuns”, nos APLs há o fomento à melhoria contínua na eficiência e eficácia produtivas e de processos, assim como ao aperfeiçoamento das interações e à aproximação dos atores/agentes das e nas redes sociais nas quais se relacionam as firmas aglomeradas. Os APLs contribuem, portanto, multicausal e pluridimensionalmente, para o desenvolvimento social e econômico local e/ou regional.

As viabilidades econômicas das aglomerações produtivas, “[...] podem frequentemente ser conseguidas pela concentração de muitas pequenas empresas – ou indústrias e instituições – similares em determinadas localidades – e/ou regiões [...]” (MARSHALL, 1996, p. 316). O modelo (neo)clássico ortodoxo de identificação e análise das aglomerações produtivas (e, portanto, das economias de aglomeração) proposto por Marshall (1996) vem sendo revisitado, inclusive com as “lentes” da crítica heterodoxa da teoria de redes sociais. Isso tem sido feito com a intenção de possibilitar novas abordagens e abrir horizontes outros a respeito da temática, bem como atualizar criticamente as concepções marshallianas para o contexto do capitalismo da atualidade, através das reflexões de economistas e,

principalmente, de sociólogos mais recentes, como o americano Mark Granovetter (com sua teoria de redes sociais), por exemplo.

Esta pesquisa privilegiou o acento da metodologia qualitativa, caracteristicamente mais aberta e considerada mais apropriada para uma construção multirreferencial e interdisciplinar do conhecimento científico-social ao qual se propõe. O procedimento metodológico aplicado foi a técnica da revisão bibliográfica sistemática, tipo de investigação que visa identificar, avaliar, selecionar e sintetizar evidências relevantes disponíveis na literatura científica sobre a temática aqui problematizada.

### **Redes: de uma teoria “geral” de redes aos benefícios de sua aplicação para APLs**

No arcabouço da ideia de uma teoria de redes *latu sensu*, é importante mencionar, inicialmente, a perspectiva do sociólogo espanhol Manuel Castells, que parece ter sido o primeiro grande expoente, na sociologia dos últimos 50 anos, a deter-se em estudos específicos sobre redes do e no mundo social hodierno. Sua peculiar noção de rede ultrapassou os limites do economicismo e possibilitou novas concepções, desde então. Elaborou uma caracterização da contemporaneidade e de suas dinâmicas próprias, no âmago do capitalismo tardio (ou avançado), que chamou de “capitalismo informacional” refletido na sociedade, delineada em forma de redes (CASTELLS, 1999), configurações sociais que se evidenciam na atual “era da informação”. Para esse cientista social espanhol, portanto:

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados, [...] bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários [...] da rede política que governa [...]. São sistemas – sociais, culturais, políticos e econômicos em formato de redes evidenciados – [...], na era da informação (CASTELLS, 1999, p. 498).

Por isso, a teoria de redes é geralmente aplicada como um modo de entendimento da realidade que se funda na elaboração e formatação de modelos denominados “rede”, que o mundo, seus objetos e relações, nesses “desenhos”, procura expressar. Assim, essas modelagens tornam possível a captação de dados e informações sobre as relações entre as coisas que estão no mundo e permeiam a realidade (quando em redes é desenhada).

Tal “quadro” indica que, na proporção em que gradualmente se intensificam e se expandem as formas relacionais-interativas de conexão, vão se configurando e se reconfigurando os formatos de antigos e novos sistemas. Com isso, também vão surgindo novas maneiras de compreender esses e outros fenômenos sociais sistêmicos, sejam eles internos ou externos. Nesse liame de compreensão da temática, percebe-se, nos últimos tempos que:

[...] tendências apontam para a organização [...] em redes gerando um fortalecimento e enriquecimento para empresas, indústrias, instituições e suas aglomerações] [...] por meio de oportunidades que oferecem troca de informações, transmissão de conhecimento e mobilidade de competências. [...] pode ser considerada como uma representação poderosa de sistemas complexos [...] por meio de relações sociais, ao manterem interações informais e puramente sociais, dedicando-se à troca de informações e recursos, sem o uso de qualquer contrato formal. Entretanto, apesar dessa informalidade e aparente simplicidade, muito se argumenta sobre a importância dos relacionamentos sociais em redes para a sobrevivência de organizações de todos os tipos (FEIDEN et al., 2018, p. 241).

Assim, é necessário um aporte teórico que oportunize e viabilize captações de fluxos de informação e de conhecimentos (aspectos informacionais e cognitivos) acerca dessas conexões, relações e interações, não apenas abstrata e teoreticamente, mas também empírica e concretamente. Na maioria dos casos, o ponto inicial de uma teoria de redes são os nós, que “ilustram” e “inserem” coisas do mundo ou objetos da realidade nas modelagens de uma rede, como pessoas (nos modelos assim consideradas), empresas, indústrias, instituições etc.

Alguns exemplos mais gerais de relações e interações (entre os “nós” de uma rede, organizada sistemicamente) são amizades interfamiliares, parcerias comerciais, aglomerações econômicas e arranjos produtivos, entre outros. A teoria de redes pode, desse modo, oferecer boas e necessárias ferramentas para a análise mais acurada de coisas do real, assim como para a compreensão das relações que se dão entre tais objetos, além do entendimento dos tipos de estruturas das redes e das propriedades que essas apresentam (CASTELLS, 1999).

Com a difusão do pensamento de Manuel Castells nas ciências sociais e sociais aplicadas, a exemplo da sociologia e da economia,

respectivamente, diversos outros autores, em algum momento na formulação de suas reflexões e/ou durante a elaboração de suas obras, ensaiaram e aplicaram suas “versões” da teoria de redes, como Mark Granovetter (1994; 2009) e Swedberg em co-autoria com o mesmo Granovetter (1994), no âmbito da sociologia econômica.

A proposta granovetteriana traz consigo a tessitura do modelo de redes sociais como liame de suas críticas ao entendimento ortodoxo e neoclássico das dinâmicas das economias em espaços que se organizam em aglomerados, o qual não levava em consideração importantes variáveis das ações sociais e econômicas.

Fatores relacionais sociais, culturais e políticos que amalgamam interações e conexões situadas no contexto histórico de uma dada sociedade, os quais eram invisibilizados no olhar da ortodoxia, vertem-se em fundamentais sob as lentes da heterodoxia, através das quais Granovetter observa a economia diante da realidade e da concretude do social. Essas lentes parecem possibilitar uma melhor compreensão e uma mais efetiva aplicação dos APLs nas localidades e regiões em que já foram ou serão implementados.

Hoje, os APLs figuram como peças-chave e, por isso, são encarados como fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico em muitas perspectivas econômico-espaciais, em vieses variados da economia regional (seja em escalas de localidade ou região). O surgimento dessas estruturas econômicas e sociais traz em seu bojo, mormente, o ímpeto às ações de inovação tecnológica e educacional, pois essas são necessárias para a própria sobrevivência e prosperidade desses instrumentos de desenvolvimento dos territórios.

Logo, suas consequências e resultados podem gerar retornos positivos, tendendo a agregar e organizar firmas que tenham em comum alguma relação entre suas tecnologias e aquelas que já existem no local/região, no intuito de proporcionar múltiplas vantagens competitivas às mesmas (SCHMITZ, 1999; FERNANDES; SCHMIDT; ZEN, 2019) e, assim, contribuir concretamente para o crescimento e o desenvolvimento social e econômico das localidades e regiões nas quais se originam e às quais se

vinculam (MOROSINI, 2004; FERNANDES; SCHMIDT; ZEN, 2019; GRIEBELER, 2021).

### **A ciência econômica entre a cristalização ortodoxa e o crivo da heterodoxia**

No âmbito disciplinar das ciências econômicas, situado na contemporaneidade da história das ideias na economia, há um icônico e constante embate entre os dois grandes matizes de abordagens específicas do seu objeto, aplicação de métodos mais apropriados, formulação de modelos analíticos e formas possíveis de interpretações acerca dos fenômenos estudados nesse campo científico e das lentes que cada um dos lados põe sobre os indivíduos (ou entes individuais/individualmente considerados) e sobre a sociedade (e os grupos sociais que a formam). Esses matizes antagônicos ficaram conhecidos como: de um lado, o matiz ortodoxo ou ortodoxia e de outro lado, o matiz heterodoxo ou heterodoxia (COLANDER *et al.*, 2004; DEQUECH, 2007).

A ortodoxia, em geral, defende os pilares básicos: a) uma metodologia rigorosamente definida, fundada em modelagens matemáticas, ou seja, de acento quase estritamente (e restritamente) quantitativo; além de b) uma exacerbada individualização atomizada dos agentes econômicos que, geralmente, são apenas idealmente pré-concebidos (BRESSER-PEREIRA, 2012). Nesse sentido, tem-se que “em geral [...] a escola neoclássica se funda em duas hipóteses; a primeira faz referência ao agente econômico e, a segunda, à interação social [...]” (SALAZAR, 2001, p. 54).

Os reflexos disso são sensíveis e “visíveis” nos modelos que costumam não considerar e “invisibilizar”, por exemplo, as influências das interações na vida cotidiana desses mesmos indivíduos (ou entes apenas individualmente considerados) enquanto atores sociais, que também são, no meio em que se relacionam, pois estão inseridos em uma sociedade e seus processos históricos, em uma cultura, e só após isso, na dinâmica de uma economia e dos fenômenos que lhes são intrínsecos. Ademais, na ortodoxia, os modelos são dotados de atemporalidade (a-historicização) e de universalidade (generalização) metodológicas. Dessa forma, seriam usados em todo tempo e qualquer espaço, indistintamente (COLANDER *et al.*, 2004).

Na visão dos heterodoxos, por outro lado, a compreensão dos processos econômicos e fenômenos da economia depende direta e diametralmente de uma concepção metodológica que observe o que há de específico na temporalidade em que se situam e na espacialidade em que se localizam, advindos da sociedade, cultura e história que os condicionam e os fazem possíveis (DEQUECH, 2007).

Na ortodoxia há um tipo de centralidade normatizadora ou ao menos um tipo de referencial “nuclear” para os sistemas econômicos nos quais as “racionalidades econômicas” se desvela, expressas na maximização objetivo-funcional neoclássica, para a obtenção de um pretense equilíbrio ideal de mercados, apenas para elencar mais um exemplo ortodoxo (COLANDER *et al.*, 2004).

Os heterodoxos, em economia, são todos aqueles cujos métodos desafiam e até confrontam as premissas, os fundamentos, as metodologias e os modelos ortodoxos, seja parcialmente ou em seu conjunto. Os economistas que aderem à heterodoxia, além de se recusarem à acolhida das argumentações ortodoxas, orientam-se a uma compreensão mais ampliada dos fenômenos que abordam, a partir de suas condições históricas e culturais que emergem das e nas interações sociais (DEQUECH, 2007).

Para o prisma da heterodoxia, os aspectos normativos das racionalidades econômicas, são colocados em segundo plano entre as prioridades para uma compreensão mais aprofundada e menos superficial dos sistemas das economias e de suas dinâmicas próprias, na vida social concreta. Dessa forma, nota-se que os “[...] heterodoxos buscam, portanto, desenvolver novas teorias – mais – adequadas aos fenômenos sociais e históricos que observam, questionando, a partir da empiria, a universalidade das teorias – ortodoxas – pré-existentes” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 23). Isso posto, Angeli (2014, p. 734) pontua que:

[...] fazer ciência econômica heterodoxa [...] passa pela identificação desta com a visão de que o sistema econômico capitalista é estruturalmente instável e que, por isso, políticas [...] intervencionistas são bem-vindas. Nesse sentido, para boa parte da comunidade heterodoxa em economia, a crítica da teoria econômica neoclássica acaba por se confundir com a crítica do sistema econômico de livre mercado.



Para enfrentar o quantitativismo da ortodoxia, os heterodoxos propõem uma ênfase em metodologias qualitativas de análise, com foco histórico-analítico e sociológico-compreensivo, que eles procuram aplicar a problemas tanto da atualidade quanto da historicidade, do presente e do passado das economias, em situações diversificadas como, por exemplo, em estudos de caso e de conjuntura, de políticas públicas e de políticas econômicas, em estudos de economia regional e estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico etc. É importante lembrar e frisar aqui que, quanto às questões políticas:

[...] um heterodoxo estaria mais próximo de um programa político progressista, pró mercado interno [...], intervenção estatal para estímulo ao investimento produtivo e a favor de políticas de redistribuição de renda (via transferência de renda ou valorização do salário). Por oposição, um ortodoxo se oporia a qualquer tipo de intervenção estatal na economia, seja para controlar os preços, seja para redistribuir a renda [...] economistas ortodoxos seriam os agentes difusores de um regime de conhecimento pró-austeridade, já os heterodoxos, de um regime de conhecimento antiausteridade [...] (RIBEIRO, 2018, p. 109).

Nesse momento, retoma-se a intenção dos autores deste artigo em refletir sobre vias possíveis para um entendimento mais profundo – e em uma “chave” social, cultural, política e histórica – das relações entre os atores/agentes que formam os APLs, bem como das relações (interações e conexões) que emanam entre os mesmos e entre esses e os diferentes aglomerados produtivos geograficamente existentes em uma localidade ou região, já que nem todo aglomerado econômico é necessariamente um APL. Essa intencionalidade logo se converteu, primeiro, de maneira quase intuitiva em indícios, quando foram detectados elementos de heterodoxia em maior presença, já que, a cada leitura de Granovetter (1994; 2009) e de Swedberg e Granovetter (1994), gradualmente se apontava para um olhar não-ortodoxo, tal como expresso na noção granovetteriana de rede social (*social network*).

Assim, esse marco teórico, advindo do pensamento de um dos ícones da nova sociologia econômica norte-americana, pareceu ser profícuo e uma escolha promissora para nortear os caminhos reflexivos desta pesquisa, pois apresenta o condão de oferecer uma abordagem analítica relativamente

ainda pouco conhecida e quase não utilizada no Brasil, e mais raramente ainda em estudos sobre aglomerados e arranjos produtivos. Justamente por isso, pode abrir uma gama de novas possibilidades de entendimento e para a viabilidade desses fenômenos para as economias locais e regionais.

### **Mark Granovetter: Nova Sociologia Econômica, heterodoxia e teoria de redes sociais**

Uma das características fundamentais dos aglomerados produtivos remete à problemática das peculiares formas de os seus atores/agentes relacionarem-se e interagirem socialmente (e, através dessas, das especificidades de redes sociais que aí se estabelecem). Esses aspectos têm sido tratados, nos últimos anos, como dentre os tópicos mais debatidos entre intelectuais e seus interlocutores em publicações e eventos diversos de sociologia econômica. Dessa forma, essa temática vem gerando forte impacto “[...] pela sua [...] repercussão nas ciências sociais e sociais aplicadas, influenciando a sociologia, a antropologia, a economia [...]” (VALE; CASTRO, 2010, p. 92).

Nas ciências sociais, desde meados das décadas de 1970 e 1980, sociólogos têm articulando uma agenda notadamente em diálogo com as vertentes heterodoxas da economia, a exemplo da nova sociologia econômica, capitaneada por Mark Granovetter. Este sociólogo se insere no circuito dos debates anti-ortodoxia junto aos economistas heterodoxos (recepcionando ideias de alguns desses), como base de sua compreensão da economia, de tal modo que isso será refletido na construção do tecido conceitual e categorial de sua teoria das redes sociais.

Esse sociólogo tem buscado repensar a economia e os mercados em diálogo com e iluminado por autores clássicos da sociologia, em especial, Émile Durkheim e Max Weber. Da teoria sociológica durkheimiana nele ressoa, dentre outros elementos, as ideias de solidariedade e coesão social, tão caras à sociologia funcionalista francesa. Da sociologia weberiana ecoam, dentre outras heranças, a noção de ação e as inspirações historicizadoras e culturalistas da sociologia compreensiva alemã, que muito contribuem na consolidação do acento heterodoxo de Granovetter. Sobre a presença de Weber, um aspecto crucial é que, reverberando na visão do sociólogo

econômico americano, todos os processos e fenômenos sociais seriam, para qualquer estudo e antes de tudo, “historicamente situados”, pois assim o são em sua natureza espaço-temporal. Com efeito:

Mark Granovetter [...] demonstrou que não só os mercados [...] são instituições enraizadas socialmente, mas a própria ação econômica é socialmente situada, ou seja, que toda ação econômica está situada historicamente. [...] Ao demonstrar que a ação econômica estaria situada historicamente, reivindicando também uma herança da ação social weberiana, Granovetter [...] promoveu uma alteração no entendimento dos fenômenos econômicos enquanto entidades a-históricas, apolíticas e aculturais. Demonstrou que há um substrato social e, ainda mais, que toda ação econômica é enraizada socialmente, na história, na política [na cultura] [...] (VASQUES; JARDIM, 2021, p. 151-152).

As formulações teóricas granovetterianas apontam para a proeminência de fatores de socialização e elementos culturais como condições de possibilidade centrais e basilares para o desenvolvimento socioeconômico local e/ou regional. Para ele, trata-se de construções socialmente articuladas, culturalmente partilhadas, historicamente situadas e espacialmente localizadas (GRANOVETTER, 1994). Por isso:

[...] afirma-se que as instituições econômicas são construídas em virtude da mobilização de recursos através de redes sociais, no esteio das determinações históricas dos processos de desenvolvimento da sociedade, [da cultura,] da política, do mercado e da inovação [...] (SWEDBERG; GRANOVETTER, 1994, p. 134).

O pensamento de Mark Granovetter (1994; 2009) baseou-se, também, inicialmente, nos trabalhos do economista e filósofo social nascido na Áustria e radicado no Canadá até sua morte, Karl Polanyi. Mas, sublinha-se que Granovetter dele se distingue por suas análises das especificidades de diferenciações entre as formas relacionais e os modos interativos que permeiam as ações econômicas das e nas instituições econômicas (e, também, empresas e indústrias).

Ressalta-se que Polanyi (1980) partiu do pressuposto dos sistemas econômicos anteriores à moderna economia de mercado, para contrastar as sociedades pré-capitalistas frente às capitalistas do mundo moderno, e poder desenvolver seu conceito de *embeddedness*, como “incrustação/enraizamento”. O austríaco filósofo e economista trabalhou

com a ideia de que sociedades pré-modernas e pré-capitalistas se organizavam de forma redistributiva e recíproca, não existindo nelas a separação entre política e economia. No sistema capitalista característico do Ocidente, desde o alvorecer da modernidade, essas duas esferas sociais (economia e política) são notadamente separadas. O pensamento de Polanyi, portanto, chama a atenção para o caráter próprio e distinto da economia de mercado moderna (MACHADO, 2010). Nesse sentido, ele afirma:

[...] nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes [interesses] que asseguram a necessidade daquele passo [processual] [...]" (POLANYI, 1980, p. 61).

Nesse ponto, Polanyi considera que as relações sociais, culturais e políticas envolvem e impulsionam as dinâmicas econômicas, de algum modo condicionando-as de forma substantiva. É aí que a vida em sociedade (através das interações cotidianas que nela ocorrem) possibilitaria, fomentaria e consolidaria que ela mesma e as nuances dos âmbitos cultural e político se incrustassem/enraizassem nas dinâmicas da economia. Mas, retomando Granovetter, que muito se inspirou nas reflexões econômicas de Polanyi, é importante destacar que esse sociólogo americano é:

[...] um expoente da Nova Sociologia Econômica, com vasta produção sobre as redes sociais (*social networks*). A abordagem das redes sociais vem sendo muito utilizada para explicar vários processos e fenômenos das mais variadas áreas da sociedade, inclusive os [...] econômicos. A contribuição do autor [...] está na possibilidade de um novo olhar sobre as redes sociais por meio da sua teoria dos laços fracos, que possui importantes implicações sobre as explicações a respeito do funcionamento dos mercados e das relações [...] que se estabelecem entre as organizações (BOVO, 2014, p. 136).

Granovetter revisita o conceito de *embeddedness* de Polanyi, mas o atualiza e ressignifica, agora como “imbricação/imersão”. Para melhor elucidá-lo, formula, primeiramente, duas categorias de compreensão críticas da sociedade e dos seus processos socializadores: a supersocialização e a subsocialização. Ambas as categorias refletem, por exemplo, formas específicas de influência que incidem nas tomadas de decisão e ações dos indivíduos em suas cotidianidades, enquanto atores/agentes sociais e

econômicos (GRANOVETTER, 1994; 2009). Quanto a isso, mais uma vez tornando cristalina a heterodoxia em seu pensamento, adverte:

Uma análise proveitosa da ação [...] implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas [ou imbricadas] em sistemas concretos e contínuos de relações sociais [...] (GRANOVETTER, 2007, p. 9).

Granovetter compreende que nas relações supersocializadas as pessoas se apresentam, se situam e se posicionam “[...] obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente articulados de normas e valores, interiorizados por meio da socialização, de forma que a obediência não é percebida como um peso” (GRANOVETTER, 2009, p. 35). Mas, nas interações subsocializadas, há um ponto de inflexão com a primeira categoria pois, nesta segunda, os posicionamentos e as decisões individuais “[...] rejeitam [...] todo impacto da estrutura social [...] – sobre as ‘razões’ de suas escolhas econômicas” (GRANOVETTER, 2009, p. 36).

Como um passo além e alternativa às reflexões sociais e econômicas anteriormente já elencadas, Granovetter elaborou uma noção particular para abarcar um tipo específico de “socioimbricação” ou “socioimersão” que se contrapõe à tendência atomizadora dos indivíduos, característica da economia neoclássica ortodoxa. Para ele, tanto os indivíduos (considerados isoladamente pelos ortodoxos como “átomos” na sociedade), quanto as suas ações como atores/agentes sociais e econômicos, não são nem se dão, respectivamente, na forma de meras “ilhas” em seus fatores decisórios e ações, mas estão, pois, imbricados ou imersos na concretude contextual das interações e relações sociais da vida cotidiana em sociedade.

O conceito de redes sociais foi desenvolvido por Granovetter tendo em vista a ideia de “rede” como sendo um corpo de atores ou grupo de agentes que se reúnem para a otimização de objetivos comuns (ou similares), no intuito de se relacionarem entre si (e, por vezes, com outras coletividades) em virtude de uma ampliação efetiva de seus maiores potenciais em seus âmbitos de atuação/ação (no caso, uma atividade econômica específica).

Mas, antes de comentar sobre isso, é importante ressaltar que, para Granovetter e seu *corpus* reflexivo, uma rede é, essencialmente:

[...] um conjunto de indivíduos ou organizações que interagem entre si por meio de relacionamentos diversos, sendo que a composição dessa rede se dá por nós e laços. Os nós representam os atores (indivíduos, organizações) e os laços, as relações que existem entre eles (FEIDEN *et al.*, 2018, p. 241).

Para a consecução de objetivos comuns ou similares, as redes levam, portanto, ao estabelecimento de laços relacionais que, “granovetterianamente”, podem ser classificados como fortes ou fracos. Os laços fortes são estabelecidos nas socializações fundamentais das pessoas, sendo caracterizados pela afetividade e carga emocional com que conferem sentido à continuidade e à estabilidade das interações primárias que em sua maioria se apresentam fechadas e autorreferentes. Os laços fracos indicam relações episódicas e pontuais, ao mesmo tempo que possibilitam meios de acesso a outras redes de interações, a partir delas próprias, num horizonte de abertura possível ao estabelecimento de novas maneiras e pontes sociorrelacionais (GRANOVETTER, 1994; 2009). Assim, para este autor, *grosso modo*:

As redes sociais são definidas [...] como um conjunto de nós ou atores [ou agentes] ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos. [...] embora os laços fortes contribuam para um fluxo mais intenso na comunicação dentro da rede, os laços fracos não podem ser desprezados pois levam inovação à rede através de pontes entre os atores [...] (BATISTA *et al.*, 2022, p. 2).

Nesse sentido, para empresas, indústrias e instituições em geral, os laços fortes, enquanto modos relacionais, corresponderiam à manutenção de uma “acomodação”, tipo “zona de conforto”, pois se retroalimentariam a partir de seu próprio “raio de segurança”, com baixo risco e baixa competitividade entre os atores/agentes em conexão. Já no liame dos laços fracos, que se dão de modo diverso e inversamente, esses são pautados por alto risco e por altas competitividades inerentes às relações nas quais se dão. Assim, no âmbito da sociologia econômica de Granovetter:

[...] a estrutura [...] exerce significativa influência, algo que o gestor deve perceber e, em função disso, aproveitar as oportunidades e

perceber as barreiras e dificuldades. Provavelmente, se as organizações ficarem restritas apenas aos laços mais intensos, não acessarão informações, inovações, e deixarão de aproveitar oportunidades [...] (BOVO, 2014, p. 148).

Por força disso, firmas em aglomerações empresariais e/ou industriais e instituições econômicas apresentariam uma dinamicidade relacional através do crescente estabelecimento de novas redes de interações pela ampliação e inovação constante das e nas conexões (SWEDBERG; GRANOVETTER, 1994).

Dessa maneira, os aglomerados produtivos (do tipo APLs, por exemplo), poderiam, também, ampliar suas possibilidades de atendimento de necessidades de segmentos sociais similares a demandas de mercado específicas e comuns, implicando constantes mudanças e inovações como forma de se alcançar tais escopos.

### **APLs e teoria das redes sociais: sobre o potencial de desenvolvimento local e regional**

Segundo Goulart (2006), é nas localidades (e/ou nas regiões) que são estabelecidas variadas formas e vetores de articulação e se concretizam modos diversos de ações direcionadas ao desenvolvimento social e econômico, de tal modo que esses espaços podem ser organizados em “polos”, inclusive. Ao mesmo tempo, esses âmbitos locais e regionais se configuram como “escalas” de e para a competitividade das acirradas disputas por recursos nesses recortes espaciais, no âmbito dos mercados internos e, principalmente, externos às aglomerações fixadas nos locais e nas regiões de origem dos atores/agentes, a exemplo dos APLs.

Nessas disputas (competições) tendem a prevalecer e prosperar os agentes/atores concorrentes que estiverem inseridos em maiores, melhores e mais competitivas redes socioeconômicas, pois essas:

[...] são estruturas, são acordos, com escopo relacionado à vantagem competitiva, e as circunstâncias que podem ensejar sua formação [...] que, no contexto atual, se dá praticamente em todos os mercados e possuem quatro características particulares [...]: a relatividade, a interação, a interdependência e a especialização [ou especificidade de atuação]. Deste modo, a competitividade entre redes ocorre, principalmente, pela eficiência da especialização [em atividades específicas] e está relacionada à maneira como determinados

arranjos [...] podem tornar-se mais eficientes (OLIVEIRA JÚNIOR, 2020, p. 3).

Por isso, são necessárias frequentes intervenções estatais (políticas públicas) voltadas ao desenvolvimento local e/ou regional (com base no fomento e expansão dessas redes) e, cada vez mais, implementadas de modo apropriado às especificidades dos mercados interno e externo, percebidas nas duas dimensões de espaço. Esses esforços de atividade interventiva do Estado podem (e devem) ser, também, focados na recuperação, visibilização e/ou fortalecimento das peculiaridades socioculturais e políticas de cada uma das duas escalas espaciais.

Isso viria a permitir uma ampliação (em termos heterodoxos) da ideia de desenvolvimento, inserindo-o em uma perspectiva sociocultural e política, dimensões que constituem e são constituídas por dinâmicas próprias das experiências vivenciadas em sociedade, na espontaneidade da cotidianidade, por seus grupos sociais, em escala local e/ou regional.

Essa perspectiva ampliada de desenvolvimento (aqui espelhada nos elementos da teoria de redes sociais e dos laços de Mark Granovetter até este tópico refletidos), assim, passaria a abranger, além dos modos de vida e formas de sociabilidade comunitárias, os sistemas simbólicos, de valores, de crenças e de práticas compartilhadas nas e pelas coletividades, que preenchem o mundo relacional de seus integrantes/membros de sentido e eivam as interações sociais de significado.

Os atores/agentes socioeconômicos locais e/ou regionais buscam estabelecer sempre novas aproximações relacionais e articulações interativas, tornando cada vez mais robustas as redes sociais das quais participam, e com as quais interagem, que estão configuradas nesses espaços. No âmbito local, por exemplo, essas redes operam “[...] reconstruindo, a partir de ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão [...], a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1997, p. 227).

Nessa mobilização, as coletividades superam os limites dos recortes espaciais originais e a sinergia de forças interativas advindas dessas relações sociais proporciona o surgimento de novos elos que tendem a tornar cada



vez mais coesas as estruturas sociais e, portanto, mais próximas e fortalecidas as interações numa dada rede. Isso se dá em torno de objetivos comuns ou similares, em detrimento da diversidade de fatores sociais, culturais e políticos e das diferenciações em suas configurações espaciais, até mesmo diante do que tange aos atores, em suas motivações individuais (SANTOS, 1998).

Um aspecto relevante dessas redes sociais colaborativas é a complementaridade que se consolida entre os atores/agentes que as formam. Cada vez mais, tende a uní-los e estabilizá-los, em função de uma otimização competitiva, no entorno de um objetivo similar (ou comum) compartilhado e/ou uma atividade de produção em comum (ou similar). Essa forma estratégica de interagir socioeconomicamente “[...] se refere à articulação entre [...] atividades que se estabelecem igualmente em decorrência da modernização produtiva e da necessidade de intercâmbio geograficamente próximo [...]” (GOULART, 2006, p. 6).

Os APLs podem ser assim considerados como políticas públicas que atuam em diversas frentes da economia brasileira, alargando horizontes para o desenvolvimento local (e/ou regional). Atuam em áreas diversas que vão da agricultura à tecnologia e em muitos outros segmentos econômicos nos quais se têm evidenciado, nas últimas décadas, efeitos positivos de aplicações variadas da teoria de redes sociais de Mark Granovetter. Destaca-se, portanto que:

[...] a existência de interesses [e objetivos] comuns entre empresários [indústrias e instituições] que atuam em distintos elos [...] torna-se evidente toda a vez que emergem novos desafios competitivos, em especial nos quadros de estagnação do mercado da atividade [econômica] nuclear. Se esta não cresce, nada mais cresce [na rede]. O que contribui para a emergência do espírito de cooperação. [...] Para que emerja um sistema de planejamento coletivo, é preciso que exista algum sentimento [...] de identidade, de pertencimento [...] que se transforma em expressão cultural da comunidade (PAIVA; SILVA, 2021, p. 61-62).

Lustosa, Apolinário e Silva (2018) mostram como essas políticas públicas, por exemplo, ocorreram no nordeste brasileiro, em especial no semiárido, área atingida pelas secas. Nota-se que, nos territórios semiáridos, excetuando-se as localidades que possuíam uma economia que tinha por

base as culturas de irrigação, muitas ainda são as áreas que necessitam de atividades econômicas que favoreçam o desenvolvimento socioeconômico e fortaleçam as redes sociais aí existentes de forma criativa e dinâmica.

Diversos foram os governos estaduais nordestinos que iniciaram a implementação de políticas públicas nos municípios mais atingidos pelas secas, para o surgimento e a expansão de APLs e das redes sociais nas quais estão esses aglomerados imbricados (ou imersos), mas o longo prazo do planejamento de tais intervenções parece ainda não permitir que atinjam e alcancem o seu potencial total nos locais, mais especificamente, e nas regiões, em geral.

O termo APLs surgiu após o longo período de esvaziamento da política pública de planejamento, especialmente a de viés regional, que caracteriza os anos 1980 e 1990, quando os planos interventivos estatais estiveram voltados quase que exclusivamente para a estabilização monetária e o enfrentamento das crises inflacionárias, em clara influência das reverberações ortodoxas neoclássicas.

Tal período também coincide com “[...] a inserção do Brasil numa economia crescentemente globalizada e impõe novos desafios à retomada do planejamento para o desenvolvimento regional” (APOLINÁRIO; SILVA, 2012, p. 205-206). Isso se mostrou e figura como novo e possível campo de aplicação da teoria das redes sociais de Mark Granovetter, como forma de fortalecer as bases e expandir os raios de influência e de impacto dos APLs no mercado, em virtude do aproveitamento estratégico das dinâmicas relacionais das interações e articulações, bem como da maneira “em rede” como esses arranjos se estabelecem e se configuram.

### **Considerações finais**

Os APLs, são, via de regra, considerados estratégias para concretização de eixos potenciais de desenvolvimento social e econômico local e regional no Brasil, e vêm sendo implementados de modo reiterado, como políticas públicas, em vários estados, a exemplo dos do nordeste brasileiro.

As economias de aglomeração, desde a primeira metade do século passado, são bastante discutidas nas searas da economia regional e da sociologia do desenvolvimento, em paralelo e para além das análises mais tradicionais da geografia econômica e da história econômica.

Mais recentemente, esses fenômenos socioeconômicos passaram a ser observados, também, com as “lentes” da sociologia econômica, que busca compreender as implicações dos fenômenos sociais nas economias e a influência de variáveis socioculturais e políticas nas tomadas de decisão dos atores/agentes econômicos.

Um dos grandes expoentes da chamada nova sociologia econômica americana é o heterodoxo Mark Granovetter, que, ao elaborar sua teoria de redes sociais, tornou possível que esta viesse a ser aplicada a empresas, indústrias e instituições (a organizações privadas e públicas em geral).

Esse sociólogo da economia apresenta, em sua teoria de redes sociais, um novo viés para uma compreensão mais alargada dos aglomerados produtivos e do sentido que neles se manifesta impulsionando atores/agentes, tanto na esfera das ações econômicas dos indivíduos socialmente motivados, quanto nos âmbitos empresariais, industriais e institucionais imbricados e imersos social, cultural e politicamente.

Nota-se porém que, no Brasil, ainda são raros os estudos sociológicos e econômicos sobre esse teórico das redes sociais e temas correlatos (no âmbito da sua “escola” e corrente reflexiva, a nova sociologia econômica americana), assim como também, nas produções acadêmico-universitárias, são poucas as análises e discretas as reflexões que, de algum modo, abordam os limites e as possibilidades das ideias de Mark Granovetter, e tudo isso revela uma lacuna nos trabalhos científicos brasileiros das áreas de sociologia e de economia.

O entendimento dessas redes de relações, interações e articulações pode ser um trunfo para gestores públicos na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico das localidades e regiões. Isso pode se dar, pois, através dos APLs que costumam fortalecer e serem fortalecidos pelas redes sociais que os envolvem, equacionando os efeitos dinâmicos da competitividade existente entre empresas, indústrias e

instituições do mesmo segmento econômico, interna e externamente aos seus mercados específicos, com uma dimensão colaborativa entre os diversificados atores/agentes.

Os APLs podem, portanto, ser analisados sob a perspectiva da teoria socioeconômica de redes de Granovetter, já que essa base teórica consegue expor aspectos econômicos cruciais, pela compreensão de fatores específicos do cotidiano da vida coletiva, como práticas sociais, culturais e políticas compartilhadas em uma dada sociedade temporal e espacialmente contextualizada.

Com o mapeamento da tessitura das redes sociais que nos APLs se descortinam, refletir sobre elas também oferece um novo olhar sobre as suas possíveis aplicações nos planejamentos de políticas socioeconômicas com foco para a consolidação de interações colaborativas e inovadoras que possam surgir entre os atores sociais (como agentes econômicos) variados presentes nessas aglomerações produtivas, verdadeiras “janelas de oportunidade” para maximizar potenciais de desenvolvimento local e/ou regional no atual cenário socioeconômico brasileiro.

### Referências:

ANGELI, Eduardo. A agenda de pesquisa heterodoxa da *mainline economics*. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 731-756, 2014.

APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu. A nova geração de políticas para APLs e o debate sobre o desenvolvimento. *In*: LASTRES, Helena M. M. et al. (Orgs.). **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental**. Brasília: CNI, 2012.

BATISTA, Caren Stela Máximo *et al.* Contribuições do capital social, laços fracos e redes sociais para a sustentabilidade: uma revisão sistemática com análise bibliométrica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e53211125284, 2022.

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. **Pensamento e realidade**, v. 29, n. 3, p. 135-151, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Method and passion in Celso Furtado. **Revista da CEPAL**, n. 84, p.19-34, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um pensamento econômico heterodoxo dominante: um manifesto acadêmico. **Revista Econômica**, v. 14, n. 1, p. 9-32, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. A Sociedade em Rede. Vol. 1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COENEN, Lars *et al.* Advancing regional innovation systems: What does evolutionary economic geography bring to the policy table? *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 35, n. 4, p. 600–620, 2017.

COLANDER, David *et al.* The changing face of mainstream Economics. **Review of Political Economy**, v.16, n. 4, p. 485-499, 2004.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

FEIDEN, Aldi *et al.* A cadeia produtiva da tilápia no oeste do Paraná: uma análise sobre a formação de um arranjo produtivo local. **Redes**, v. 23, n. 2, p. 238-263, 15 maio 2018.

FERNANDES, Bernardo Soares; SCHMIDT, Vitor Klein; ZEN, Aurora Carneiro. Distritos industriais, clusters e APL: uma análise comparativa de semelhanças e diferenças. **RED – Revista Estratégia & Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, 2019.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 3, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000300004>.

GRANOVETTER, Mark. **Les institutions économiques**. Analyse économique des conventions. Paris: PUF, 1994.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006>.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *In*: MARTES, Ana Cristina B. (Org). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 2. ed. Uruguaiana/RS: Editora Conceito, 2021.

LASTRES, Helena Martins; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: IE, 2003.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da. Arranjos produtivos locais como política de inclusão produtiva no nordeste brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 134, p. 77-93, 2018.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: notas sobre o conceito de *(dis)embeddedness*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 90, p. 71-94, 2010.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**: tratado introdutório. Vol. I e II. *In*: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOROSINI, Piero. Industrial clusters, knowledge integration and performance. **World Development**, v. 32, n. 2, p. 305-326, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, João Ricardo de Oliveira, *et al.* Abordagem de Cluster e Redes em Complexos Agroindustriais como Estratégias de Coopetição: uma Revisão Sistemática de Literatura. **IX ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração/ANPAD. Evento On-line: setembro, 2020.

PAIVA, Carlos Águido; SILVA, Claudemir Borges da. Arranjo produtivo local (APL). *In*: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein (Org.). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 2. ed. Uruguaiana/RS: Editora Conceito, 2021.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. *In*: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1980.

RIBEIRO, Andrea. Ideias econômicas e economistas no Brasil: notas para o entendimento de um regime de conhecimento antiausteridade. **Em tese**, v. 15, n. 1, p. 103-128, 2018. <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2018v15n1p103>.

SALAZAR, Óscar Rodríguez. Economía institucional, corriente principal y heterodoxia. **Revista de Economía Institucional**, v. 3, n. 4, p. 52-77, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

Arranjos produtivos locais à luz da sociologia econômica de Mark Granovetter: heterodoxia e teoria de redes sociais | Tiago Macedo Bezerra Maia & João Morais de Sousa

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency and increasing returns. **Cambridge Journal of Economics**, n. 23, p. 465-483, 1999.

SWEDBERG, Richard; GRANOVETTER, Mark. La Sociologie économique. Les propositions fondamentales de la sociologie économique. Pour une autre économie. **Revista del MAUSS**, Paris, n. 3, p. 115-140, 1994.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CASTRO, José Márcio de. Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Distritos industriais: reflexões sobre aglomerações produtivas. **Análise Econômica**, v. 28, n. 53, p. 81-97, 2010.

VASQUES, Lucas Flôres; JARDIM, Maria. Emoções e Sociologia Econômica. **Revista Ensaios**, v. 18, p. 146-168, 2021.